

Publicação da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores

locus científico

Volume 10 | Número 01 | Dezembro de 2025
ISSN 1981-6804

Atuação dos Núcleos de Inovação Tecnológica nas IFES: panorama nacional e estratégias para o fortalecimento

Juliana de Souza Corrêa, Jacques Mick, Pedro
Valadão Carelli, Eduardo Lima Leite Nascimento,
Clarissa Stefani Teixeira

Atuação dos Núcleos de Inovação Tecnológica nas IFES: Panorama Nacional e Estratégias para o Fortalecimento

Juliana de Souza Corrêa¹, Jacques Mick², Pedro Valadão Carelli³, Eduardo Lima Leite Nascimento⁴, Clarissa Stefani Teixeira⁵

Resumo: Este artigo apresenta um diagnóstico abrangente sobre a atuação dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras, com foco em sua estrutura, práticas de gestão, atividades de inovação e empreendedorismo. A pesquisa, de abordagem descritiva e quantitativa. Os dados, organizados em painel interativo, revelam fragilidades institucionais como ausência de orçamento próprio e carência de recursos humanos qualificados comprometendo a atuação desse ambiente de inovação. Também foram identificadas boas práticas em proteção da propriedade intelectual e articulação com ecossistemas de inovação. A discussão aponta para a necessidade de fortalecimento dos NITs, com destaque para a adoção de CNPJ próprio, criação de carreira de inovação nas IFES e atuação mais integrada com o ecossistema de inovação. O estudo contribui para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à inovação acadêmica e propõe caminhos para consolidar o papel dos NITs na reindustrialização do país e na promoção de uma universidade empreendedora.

Palavras-chave: NIT; inovação; empreendedorismo; gestão; universidade.

Abstract: This article presents a comprehensive assessment of the performance of Technology Innovation Centers (NITs) within Brazilian Federal Higher Education Institutions (IFES), with a focus on their organizational structure, management practices, and innovation and entrepreneurship activities. The data, compiled into an interactive dashboard, reveal institutional weaknesses such as the absence of dedicated budgets and a lack of qualified human resources, which compromise the performance of these innovation environments. The study also identified best practices in intellectual property protection and engagement with innovation ecosystems. The discussion highlights the need to strengthen NITs, emphasizing the adoption of legal entity status (CNPJ), the creation of a dedicated innovation career path within IFES, and a more integrated role in innovation ecosystems. The study contributes to the enhancement of public policies aimed at academic innovation and proposes pathways to consolidate the role of NITs in Brazil's reindustrialization process and in advancing the entrepreneurial university model.

Keywords: NIT; innovation; entrepreneurship; management; university.

¹ Juliana de Souza Corrêa, Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: julianadesouzacorrea@gmail.com

² Jacques Mick, Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: jacques.mick@ufsc.br

³ Pedro Valadão Carelli, Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: pedro.carelli@ufpe.br

⁴ Eduardo Lima Leite Nascimento, Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: nascimentolln@gmail.com

⁵ Clarissa Stefani Teixeira, Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: clastefani@gmail.com

Introdução

As Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) ocupam posição central na sociedade contemporânea por serem geradoras do principal ativo da economia do conhecimento: a informação qualificada. Em seu ambiente propício à experimentação, avaliação e desenvolvimento de ideias, essas instituições transformam conhecimento científico em invenções com potencial de se converterem em inovações tecnológicas (Kirby et al., 2011), contribuindo decisivamente para o avanço científico, econômico e social.

As tecnologias desenvolvidas nas ICTs possuem elevado valor de mercado (Trzeciak et al., 2012), o que torna estratégica a conexão entre o agente produtor de conhecimento — a universidade — e o agente demandante de soluções — o setor produtivo. Essa conexão se materializa por meio da transferência de tecnologia, entendida como o processo de transição do conhecimento acadêmico para sua aplicação prática na sociedade (Ferreira; Teixeira; Flôr, 2016).

No Brasil, esse processo é regulamentado pelo Marco Legal da Inovação (MLI), composto pela Lei nº 10.973/2004 e suas atualizações. O MLI estabelece diretrizes para a promoção da inovação por meio da interação entre universidades, ICTs e empresas. Nesse ecossistema, os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) desempenham papel estratégico ao gerir a propriedade intelectual (PI), promover a transferência de tecnologia (TT) e articular parcerias com o setor produtivo.

De acordo com a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, os NITs são estruturas instituídas por uma ou mais Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs), com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação. Assim, esses ambientes são mediadores da transmissão do conhecimento, ao mesmo tempo em que resguarda os direitos de propriedade intelectual do âmbito acadêmico. Além disso, também desenvolvem atividades que estimulem a inovação e o empreendedorismo nas ICTs (Souza; Teixeira, 2022).

Os NITs são fundamentais para transformar resultados de pesquisa em produtos comerciais e promover a criação de spin-offs acadêmicas. Esses habitats de inovação melhoram o desempenho dessas empresas ao oferecer serviços técnicos, gerenciais, contatos com financiadores externos e formação empreendedora (Hossinger; Chen; Werner, 2020). Além disso, auxiliam acadêmicos a identificar mercados para suas invenções, desempenhando um papel vital na capacitação de empreendedores acadêmicos para desenvolver e comercializar inovações (Locket; Wright, 2005; Smith; Baines, 2019).

Contudo, apesar de sua relevância institucional e legal, os NITs enfrentam desafios significativos, tanto estruturais quanto operacionais, que comprometem sua capacidade de cumprir integralmente as funções atribuídas pelo MLI. Em um cenário em que cresce o movimento das universidades empreendedoras — aquelas que, além das missões de ensino e pesquisa, buscam gerar impacto econômico e social a partir do conhecimento produzido (Etzkowitz, 2003) — torna-se essencial compreender as condições reais de atuação dos NITs no Brasil.

Diante disso, o presente artigo tem por objetivo apresentar um diagnóstico nacional da atuação dos NITs das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a partir de levantamento coordenado pelo Colégio de Pró-reitores de Pós-graduação, Pesquisa e

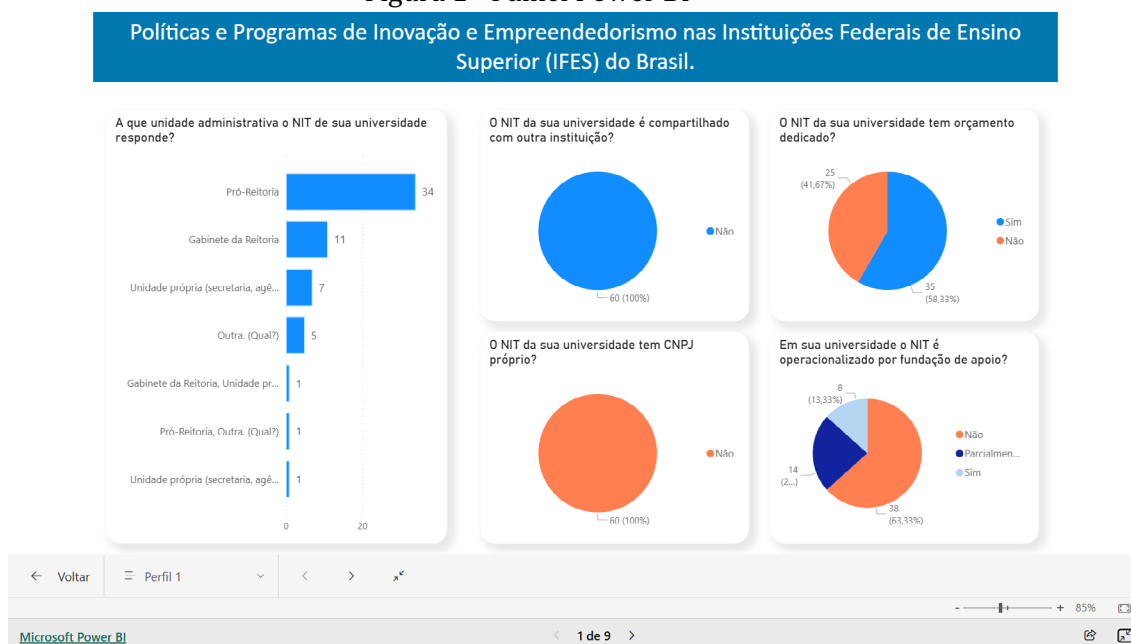
Inovação (Copropi) da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Busca-se identificar boas práticas, desafios estruturais e propor caminhos para o fortalecimento desses ambientes, essenciais à consolidação de um sistema nacional de inovação mais integrado e eficaz.

Metodologia

O presente estudo adotou uma abordagem descritiva, de base quantitativa, visando traçar um panorama da atuação dos NITs nas IFES brasileiras. Conforme Gil (2008), pesquisas descritivas têm como objetivo principal a descrição das características de determinado fenômeno ou a relação entre variáveis, sendo especialmente úteis para mapear práticas e estruturas organizacionais. A coleta de dados foi realizada por meio de um formulário estruturado, desenvolvido no Google Forms. O questionário foi aplicado entre abril e junho de 2024 e contou com a participação de 60 das 69 IFES.

O instrumento foi composto por três seções temáticas: (1) gestão dos NITs; (2) inovação; e (3) empreendedorismo, incluindo perguntas fechadas e semiabertas. Os dados coletados foram organizados e tratados em planilhas eletrônicas e visualizados por meio de painel interativo desenvolvido no Power BI que resultou em 9 telas, facilitando a identificação de padrões e discrepâncias entre as instituições, conforme ilustra a figura 1.

Figura 1 - Painel Power BI



Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

A análise dos dados seguiu uma perspectiva descritiva, permitindo identificar boas práticas e desafios comuns enfrentados pelos Núcleos de Inovação Tecnológica em todo o País.

Resultados

Com relação à participação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na pesquisa, observou-se que grande parte das IFES das regiões do país foram objeto de estudo. As regiões Nordeste e Sudeste apresentaram o maior número de participantes, com 16 IFES cada, seguidas pela região Sul com 11, Norte com 9, e Centro-Oeste com 8 instituições.

A partir da coleta de dados relacionados à gestão dos Núcleos de Inovação Tecnológica observou-se que estes ambientes estão, majoritariamente, vinculados às pró-reitorias (34) e poucas instituições possuem NITs com unidade administrativa própria (7). Ainda, verificou-se que nenhuma IFES adotou a personalidade jurídica própria para os NITs, prevista no Decreto nº 9.283/2018.

Para desenvolver suas atividades de interação com o setor produtivo, as IFES podem contar com as Fundações de Apoio (FA) na gestão de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como na execução de atividades de ensino e extensão. As fundações atuam como intermediárias viabilizando a celebração de contratos, convênios e parcerias com empresas e indústrias e transferência de tecnologia. Além disso, podem ser responsáveis pela gestão financeira, administrativa e operacional dos projetos, proporcionando maior flexibilidade e agilidade na execução das atividades. O Marco Legal da Inovação permite que os NITs façam uso das Fundações de Apoio para facilitar a gestão de suas atividades, incluindo a administração de contratos de transferência de tecnologia e a execução de projetos de inovação em parceria com o setor privado.

De acordo com o levantamento, 38 NITs responderam que não são operacionalizados por Fundação de apoio, 8 são totalmente operacionalizados pelas FA (UFPE; UFAC; UFAL; UFSM; UFTM; UFMG; UFJF; UFS; UFRA) e 14 são parcialmente operacionalizados pelas Fundações. Quanto ao orçamento, mais de um terço dos NITs operam sem dotação específica.

Em relação aos serviços especializados prestados por equipe própria, os dados revelam que 30 universidades realizam assessoria jurídica, 49 atuam na gestão de contratos, 47 na prospecção de parcerias e 43 na gestão de ativos de propriedade intelectual. Por outro lado, 32 instituições afirmaram não contar com o serviço de valuation. A ausência desse serviço foi observada em 3,3% das IFES da região Centro-Oeste, 15,0% no Nordeste, 11,7% no Norte, 16,7% no Sudeste e 6,7% no Sul. No que se refere à assessoria jurídica, sua ausência foi reportada por 8,3% das IFES das regiões Norte e Sudeste, e por 3,3% nas regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste.

Em relação ao pessoal, a maioria depende de servidores técnico-administrativos e bolsistas, com baixa presença de celetistas ou estágio permanente e média geral de pessoas atuando nos IFES foi de 10 membros na equipe, sob a perspectiva de regiões, a média de pessoas atuando nos IFES variou de 4 no Norte a 13 no Sul, com o tamanho total da equipe variando entre 40 no Norte e 153 no Sudeste, conforme apresenta a tabela 1.

Tabela 1 - Análise por região

Região	Quantidade de IFES	Equipe total	Média de pessoas na equipe	Total de pedidos de PI realizados	Total ativos concedidos	Percentual de IFES que não tem orçamento dedicado
Centro-Oeste	8	94	12	1.491	591	38%
Nordeste	16	141	9	5.119	2.776	56%
Norte	9	40	4	369	131	56%
Sudeste	16	153	10	4.551	2.025	38%
Sul	11	144	13	2.791	997	18%
Total	60	572	10	14.321	6.520	42%

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

No que tange à propriedade intelectual, de acordo com as respostas ao formulário, foram realizados mais de 14 mil pedidos de proteção de ativos de propriedade intelectual, com cerca de 6,5 mil concessões. O Nordeste liderou em ambos os critérios, com 5.119 ativos depositados e 2.776 concedidos, seguido pelo Sudeste com 4.551 e 2.025, respectivamente. O Sul registrou 2.791 ativos depositados e 997 concedidos, enquanto o Norte e o Centro-Oeste apresentaram números menores. Esses dados refletem que a presença mais expressiva das IFES nas regiões nordeste e sudeste corrobora com os números de PI, ao mesmo tempo, apontam uma diferença significativa de atuação dos NITs do Sul e do Norte, regiões que apresentam a mesma quantidade de IFES.

Entretanto, a maior parte dos NITs atua reativamente na proteção da PI. Além disso, observa-se que a transferência de tecnologia ainda é incipiente: apenas 370 ativos geraram royalties, com grande concentração em poucas IFES, sendo a Universidade de Brasília (UNB) com 184 ativos; a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) com 52 e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com 28 ativos de PI que geraram royalties.

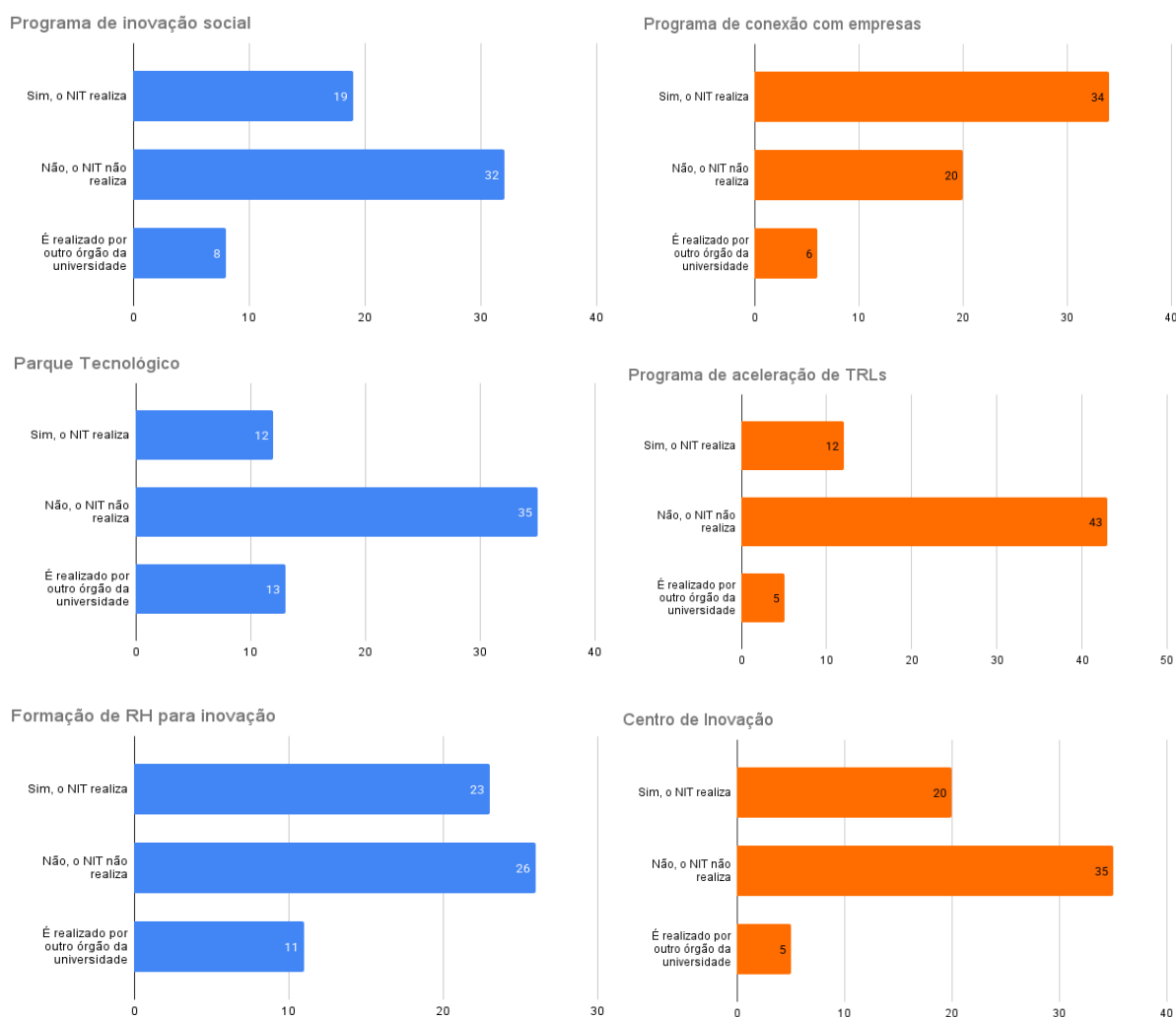
No que concerne às atividades de inovação, praticamente todas as IFES possuem Política de Inovação formalizada. Com a finalidade de aprofundar quais programas e estruturas de inovação são realizadas pelas IFES, o questionário abordou sobre os ambientes de inovação: pré-incubadora (48% possuem), incubadora (50% possuem), parque tecnológico (58% não possuem), centro de inovação (58% não possuem), hub de inovação (55% não possuem), laboratório de inovação (62% não possuem), coworking (50% possuem) e ambiente maker (53% não possuem); e também sobre as seguintes ações: Embrapii (35% possuem); Programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e da Agência Nacional de Energia Elétrica (40% possuem); Programa de conexão com ecossistema de inovação (62% realizam).

A promoção de multidisciplinaridade é realizada por 15 NITs diretamente e por 10 outros órgãos, enquanto 35 NITs não realizam esse tipo de programa. Já a formação de recursos humanos (RH) para inovação é realizada diretamente por 23 NITs, enquanto 26

não possuem esse tipo de iniciativa. A vitrine tecnológica é uma das iniciativas mais realizadas, com 44 NITs afirmando que possuem essa estrutura.

Quanto aos programas, o Programa de aceleração de Níveis Tecnológicos de Maturidade (TRL); Programa de conexão com parques tecnológicos; Programas de conexão com centros de inovação; Programa de conexão com empresas; inovação social e Programa de formação de recursos humanos foram detalhados na figura 2.

Figura 2 - Programas e estruturas de inovação realizados pelos NITs



Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Quanto à conexão com centros de inovação, a maioria dos NITs não conduz diretamente esses programas; contudo, há um número relevante de casos em que essas iniciativas são promovidas por outras instâncias dentro das instituições. As conexões com empresas são amplamente realizadas pelos NITs (34 realizações diretas), enquanto as conexões com parques tecnológicos são menos frequentes (20 realizações diretas). Destaca-

se que 42 NITs não realizam programas de aceleração tecnológica e 32 programas de inovação social.

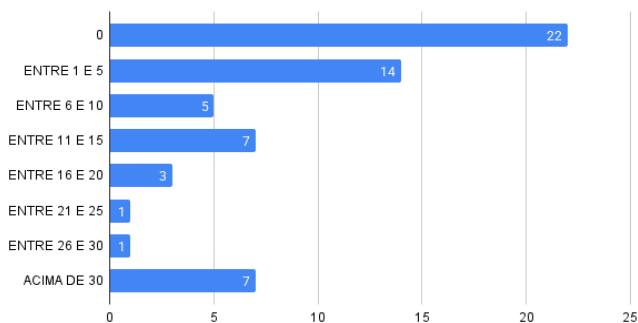
No eixo de empreendedorismo (figura 3), observou-se expressiva atuação em ações de sensibilização e apoio a equipes de competição, mas baixa presença de políticas institucionais consistentes para spin-offs e startups. A articulação de bolsas MAI/DAI e o apoio à formação empreendedora também são ações ainda dispersas e não priorizadas em muitas instituições. Quanto à política institucional para empreendedorismo, foi informado que não possui em 23 IFES localizados no centro-oeste (5,0%), nordeste (8,3%), norte (10,0%), sudeste (6,7%) e sul (8,3%)



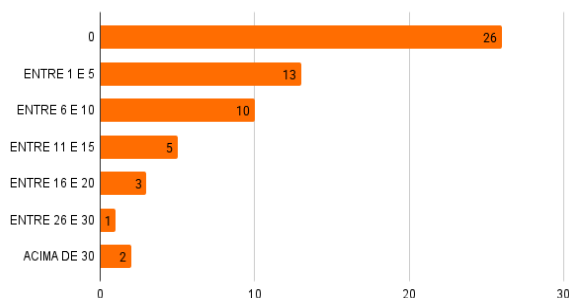
Apesar de 27 universidades atuarem com pré-incubação e 29 com incubação, há forte divisão de responsabilidades com outros setores universitários. Com relação às startups e spin-offs, a conjuntura da atuação ICTs é apresentada na figura 4.

Figura 4 – Startups e Spin-offs nas ICTs

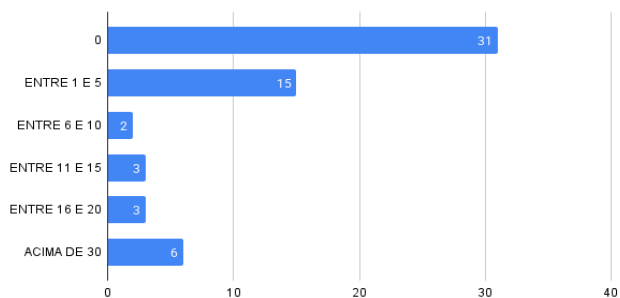
Quantas spin-off e/ou startup sua universidade dispõe:



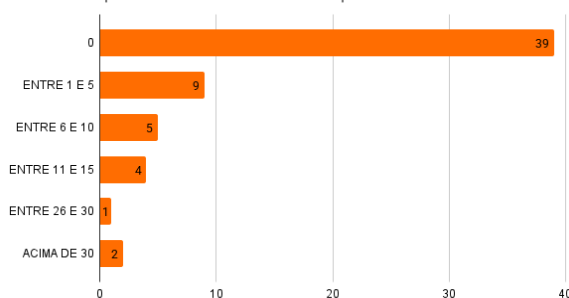
Quantas spin-offs e/ou startups sua universidade dispõe anualmente:



Quantas startups sua universidade dispõe:



Quantas spin-off sua universidade dispõe:



Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Observa-se que os NITs brasileiros pouco têm promovido a criação de startups e spin-offs. Entre as 60 Universidades Federais, 39 não possuem spin-offs e 31 não dispõem de startups. Ainda, percebe-se o baixo número dessas empresas nascentes nas IFES.

Discussão

A análise evidencia que, apesar dos avanços normativos e do crescimento da agenda de inovação, os NITs ainda enfrentam entraves estruturais que dificultam seu pleno desempenho, comprometendo não apenas o aproveitamento do conhecimento gerado nas universidades, mas também o desenvolvimento do setor produtivo nacional e a dinamização dos ecossistemas regionais de inovação. A ausência de orçamento específico, a carência de pessoal qualificado, a dependência de vínculos precários (como bolsistas) e a concentração de recursos humanos em algumas universidades, enquanto outras enfrentam restrições, refletem uma fragilidade institucional persistente, que limita a capacidade desses ambientes de inovação em realizar atividades complexas, como a valoração de ativos de PI, elaboração de contratos tecnológicos e negociação com o setor produtivo.

Somado a isso, percebe-se que as universidades nem sempre utilizam plenamente o apoio de suas fundações, que poderiam atuar como parceiras estratégicas em ações como contratação de colaboradores celetistas, gerenciamento de recursos, estruturação de projetos de desenvolvimento institucional e operacionalização da distribuição de ganhos

econômicos provenientes da exploração de tecnologias. Esse subaproveitamento fragiliza ainda mais a governança dos NITs.

Embora os dados indiquem que muitos NITs atuam de forma significativa em programas como Embrapii e vitrine tecnológica, observa-se uma lacuna na atuação em atividades como aceleração de TRLs e inovação social. Tais lacunas representam oportunidades não exploradas de ampliação do impacto social e econômico das tecnologias desenvolvidas nas universidades.

As ICTs, por meio de atividades de pesquisa e desenvolvimento, têm a capacidade de converter descobertas em invenções, protegidas conforme as normas de propriedade intelectual. Segundo o INPI (2023), 35 das 50 maiores instituições depositantes de patentes no Brasil são ICTs, evidenciando o protagonismo do setor. A diversidade de ativos gerados pelas IFES e a taxa de concessão positiva indicam potencial de valorização, mas a atuação majoritariamente reativa dos NITs limita o aproveitamento desse capital intelectual.

A transferência de tecnologia (TT) — entendida como a passagem formal de invenções das universidades para o setor produtivo, conforme Stevens et al. (2005) — é central nesse processo. A TT possibilita não apenas a geração de receitas por meio de royalties, mas também o fortalecimento da capacidade inovadora da indústria nacional. Entretanto, os dados revelam que apenas 364 ativos protegidos geraram royalties, concentrados em poucas universidades. A correlação entre volume de royalties e estrutura qualificada do NIT aponta para a importância de investimentos em pessoal e gestão profissionalizada.

A ausência de um monitoramento contínuo desde as fases iniciais de desenvolvimento dos projetos prejudica a identificação, proteção e valoração de ativos. Quando os NITs atuam apenas sob demanda, há risco de decisões tardias, estratégias frágeis e negociações desfavoráveis, distanciando ainda mais a academia do mercado. Isso também enfraquece a motivação dos pesquisadores para proteger e transferir suas criações, tornando fundamental a construção de uma cultura institucional mais proativa.

Além disso, no contexto do empreendedorismo acadêmico, entende-se que a geração de inovação demanda mais do que o conhecimento técnico — exige também habilidades empreendedoras, como a capacidade de identificar problemas reais e desenvolver soluções aderentes às necessidades sociais (Silva et al, 2020). As universidades, nesse cenário, têm adotado políticas de apoio a spin-offs, startups, pré-incubação e incubação. Contudo, o levantamento revela que ainda há fragilidades, como a baixa institucionalização do apoio a empresas-filhas e a carência de acompanhamento de iniciativas empreendedoras lideradas por egressos.

Embora os NITs tenham papel relevante na política de empreendedorismo universitário, sua atuação ocorre muitas vezes de forma fragmentada e sobreposta a outros órgãos institucionais. Para ampliar o impacto das ações, é essencial promover maior articulação entre os NITs e as demais unidades responsáveis por inovação e empreendedorismo, buscando uma abordagem mais integrada, estratégica e orientada para resultados.

Nesse contexto, torna-se urgente o fortalecimento institucional dos NITs, tanto do ponto de vista normativo quanto orçamentário e de pessoal, para que possam desempenhar, de forma efetiva, o papel que lhes é atribuído pelo Marco Legal da Inovação e pelos

programas estratégicos nacionais como o Nova Indústria Brasil. O quadro 1, apresenta recomendações para fortalecimento dos NITs por nível de atuação e horizonte temporal.

Quadro 1 - Recomendações para fortalecimento dos NITs por nível de atuação e horizonte temporal

Nível de Atuação	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
Governo Federal	<ul style="list-style-type: none"> - Viabilizar financiamento imediato e excepcional via FNDCT para padronização estrutural dos NITs. - Publicar diretrizes técnicas para estrutura mínima dos NITs nas IFES. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer política nacional de financiamento regular e sustentável para os NITs. - Implantar programas de incentivo à profissionalização da gestão da inovação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar carreira pública específica para inovação, com diretrizes claras para ingresso e permanência nos NITs. - Consolidar política nacional de valorização dos NITs como articuladores da reindustrialização e da TT.
IFES	<ul style="list-style-type: none"> - Promover cooperação entre NITs mais e menos estruturados para troca de experiências. - Fomentar agenda conjunta com Anprotec e Fortec em regiões com ecossistemas incipientes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer rotinas de planejamento estratégico dos NITs com metas e indicadores alinhados à política institucional de inovação. - Criar políticas internas de valorização e retenção de talentos para os NITs. 	<ul style="list-style-type: none"> - Incorporar definitivamente a inovação como eixo do PDI e consolidar os NITs como unidades permanentes e estratégicas. - Ampliar infraestrutura física e tecnológica voltada à inovação, empreendedorismo e transferência de tecnologia.
NITs	<ul style="list-style-type: none"> - Reestruturar a equipe com perfis multidisciplinares e capacitados em inovação, PI e empreendedorismo. - Mapear ativos potenciais e construir plano de atuação nos ecossistemas locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atuar proativamente na prospecção, proteção e valoração de ativos, com apoio institucional. - Implantar programas regulares de formação empreendedora e aceleração tecnológica (TRLs). 	<ul style="list-style-type: none"> - Tornar-se unidades autônomas com CNPJ próprio e modelo de gestão orientado por resultados. - Consolidar papel como articulador de estratégias territoriais de inovação e de estímulo ao empreendedorismo acadêmico, inclusive com ex-alunos e spin-offs.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Dessa forma, os NITs poderão assumir um papel estratégico na construção de um ecossistema nacional de inovação mais coeso, competitivo e voltado à promoção do desenvolvimento socioeconômico nas diversas regiões do Brasil, por meio da inovação.

Conclusão

O presente estudo revelou desafios estruturais e operacionais que comprometem a efetividade dos Núcleos de Inovação Tecnológica das IFES em suas funções estratégicas. Os desafios identificados, como a falta de orçamento próprio, escassez de recursos humanos qualificados e estrutura organizacional fragilizada, limitam a capacidade de os NITs atuarem de forma proativa na proteção da propriedade intelectual, na transferência de tecnologia e no fomento ao empreendedorismo acadêmico implicando no impacto dos resultados das Universidades. Além disso, a atuação fragmentada dentro das próprias universidades e a baixa integração com fundações de apoio contribuem para uma subutilização das potencialidades desses ambientes de inovação.

Apesar dessas dificuldades, a análise também revelou boas práticas e experiências consolidadas em algumas IFES, demonstrando que é possível fortalecer os NITs por meio de políticas institucionais claras, investimentos contínuos, parcerias estratégicas e maior articulação entre os diferentes atores envolvidos no ecossistema de inovação. Os dados indicam que NITs com maior qualificação de equipe e estrutura de apoio obtêm resultados mais expressivos em termos de proteção e exploração de ativos tecnológicos.

Diante do cenário atual de reindustrialização e valorização do conhecimento como ativo estratégico, é imprescindível que os NITs sejam fortalecidos e reconhecidos como protagonistas no processo de transformação econômica e social do país. A promoção de uma cultura de inovação integrada, colaborativa e orientada por resultados dependerá do comprometimento das instituições, da formulação de políticas públicas consistentes e do apoio contínuo de órgãos governamentais bem como do setor produtivo que também precisa valorizar as atividades de pesquisa e desenvolvimento das Universidades. Assim será possível consolidar uma universidade inovadora, empreendedora e comprometida com o desenvolvimento nacional.

Ademais, recomenda-se o avanço na regulamentação e adoção da possibilidade de constituição de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) próprio para os NITs, prevista no Decreto nº 9.283/2018, como alternativa para fortalecer a autonomia administrativa e financeira desses ambientes. Outro ponto fundamental é a criação de uma carreira específica para inovação nas IFES, voltada à profissionalização da gestão da inovação e da transferência de tecnologia, contribuindo para a continuidade, eficiência e sustentabilidade das ações desenvolvidas pelos NITs.

Como possibilidade de pesquisas futuras, destaca-se a necessidade de estudos que aprofundem a análise qualitativa dos arranjos institucionais mais eficazes entre os NITs e suas universidades, bem como da atuação desses ambientes em ecossistemas de inovação.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 jan. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. Regulamenta dispositivos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 fev. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9283.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU). Relatório nº 817023. Brasília, DF: CGU, 2023.
ETZKOWITZ, H. Research groups as 'quasi-firms': The invention of the entrepreneurial university. *Research Policy*, v. 32, n. 1, p. 109–121, 2003. [https://doi.org/10.1016/S0048-7333\(02\)00009-4](https://doi.org/10.1016/S0048-7333(02)00009-4)

FERREIRA, J. M.; TEIXEIRA, M. L.; FLÔR, C. R. Transferência de tecnologia nas universidades: um estudo de caso no Brasil. *Revista Gestão & Tecnologia*, v. 16, n. 2, p. 26–50, 2016.
GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOSSINGER, S. M.; CHEN, X.; WERNER, A. Drivers, barriers and success factors of academic spin-offs: a systematic literature review. *Management Review Quarterly*, v. 70, n. 1, p. 97–134, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). Ranking dos maiores depositantes residentes: pedidos de patente. Rio de Janeiro: INPI, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br>. Acesso em: 18 maio 2025.

KIRBY, D. A.; GUERRERO, M.; URBANO, D. Making universities more entrepreneurial: development of a model. *Canadian Journal of Administrative Sciences*, v. 28, n. 3, p. 302–316, 2011.

LOCKETT, A.; WRIGHT, M. Resources, Capabilities, Risk Capital and the Creation of University Spin-Out Companies. *Research Policy*, v. 34, n. 7, p.1043-1057, 2005.
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SINOVA, 2025. Portal do conhecimento. Disponível em:< https://sinova.sites.ufsc.br/portal-conhecimento/nits_ifes/>. Acesso em: 18 mai. 2025.

SILVA, C. M. F et al. Pré-Incubação Como Impulsionadora Da Educação Empreendedora: Uma Análise No Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia De Mato Grosso – Campus Rondonópolis. VII Congresso de Administração do Sul do Mato Grosso, 2020. ISSN 2525-4561.

SOUZA, R. K; TEIXEIRA, C. S. Habitats de inovação: Alinhamento conceitual. São Paulo: Perse. 68p.; 2022.

STEVENS, A. J.; JENSEN, J. J.; WYLIE, W. B. The enactment of Bayh-Dole and its impact on technology transfer from U.S. universities. *Research Policy*, v. 34, n. 9, p. 1111–1132, 2005.

TRZECIAK, D.; ANTONIALLI, L. M.; RIBEIRO, J. L. D. Transferência de tecnologia: estudo dos fatores de sucesso em universidades brasileiras. *Production*, v. 22, n. 1, p. 52–63, 2012.